COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI N.º 1.947, DE 2007 (Apensado o Projeto de Lei nº 6.764, de 2002)

Tipifica o crime de violação de sigilo investigatório.

Autor: Deputado SANDRO MABEL

Relator: Deputada MARINA MAGGESSI

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.947, DE 2007, de autoria do Deputado Sandro Mabel, tipifica o crime de violação de sigilo investigatório, por meio de inserção no Código Penal do art. 325-A, com a ação de “ revelar ou divulgar de qualquer forma fato que esteja sendo objeto de investigações em qualquer tipo de procedimento oficial.”

O parlamentar justifica a sua proposta com a necessidade de tornar as autoridades mais atentas à proteção da intimidade das pessoas que estejam sendo investigadas. Alega o autor do projeto que os fatos são revelados muitas vezes por parte de quem “...teria como atribuição legal proteger os cidadãos: autoridades policiais, Membros do Ministério Público e

até mesmo do Poder Judiciário, quando essas autoridades dão entrevistas ou vazam informações à imprensa ainda nos primórdios das investigações.”

Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado a Relatora apresentou parecer favorável à aprovação da proposição.

É o Relatório.

II - VOTO

Na forma do disposto no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, XVI, *b*, *d* e *g*), é da alçada desta Comissão Permanente a análise de matérias sobre combate ao contrabando, crime organizado, seqüestro, lavagem de dinheiro, violência rural e urbana; controle e comercialização de armas, proteção a testemunhas e vítimas de crime, e suas famílias; segurança pública interna e seus órgãos institucionais, bem como de políticas de segurança pública e seus órgãos institucionais; estando essas matérias intimamente vinculadas a tipificações contidas nas proposições em análise.

Em que pese a preocupação do Deputado autor da proposta com a preservação da intimidade dos investigados, não parece a presente medida ser dotada da eficácia pretendida.

Nosso ordenamento jurídico possui caráter extremamente abrangente e diversos dispositivos legais impõem o sigilo funcional. Senão vejamos:

- a) Lei nº 8.112/90(Servidor Público Federal), art. 116, VIII;
- b) Lei Complementar nº 35/79(Lei Orgânica da Magistratura), art. 36, III;

c) Lei Complementar nº 40/81 (Lei Orgânica do Ministério Público), art. 23, IV.

A autoridade policial, o membro do Ministério Público e da Magistratura são sabedores dos dispositivos legais e administrativos que devem ser observados, principalmente no tocante ao sigilo legal ou judicial, sendo desnecessário mais uma inserção de artigo no Código Penal para reafirmar suas obrigações, deveres e responsabilidades.

Outra importante observação, é no sentido da proliferação de projetos de lei criando novos tipos penais ou elevando penas de dispositivos penais já existentes, com intuito meramente de resposta ao “clamor popular” ou da própria “mídia nacional”. Essas proposições em nada contribuem com o aperfeiçoamento de nossa legislação penal.

Dessa forma, no caso de alguma autoridade envolvida em um inquérito policial resguardado pelo art. 20 do Código de Processo Penal ou em curso de processo judicial sigiloso, revelar ou divulgar o conteúdo do procedimento de forma irregular incorrerá no crime de violação de sigilo funcional previsto no artigo 325 do Código Penal, não havendo a necessidade de se criar novo tipo penal para tal conduta.

Diante do exposto, votamos pela **rejeição do Projeto de Lei nº 1.947/07.**

Sala da Comissão, em 03 de dezembro de 2008.

Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA